



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM – MG
Tele. Fax: (31) 3576-1751

OFÍCIO Nº 08/ 2025

Bonfim, 22 de fevereiro de 2025

À Presidência da Câmara Municipal de Bonfim

Att.: Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei nº 03 / 2025

Senhor Presidente,

Na qualidade de Vereador deste Município, venho, por meio deste, encaminhar à V. Exa. para apreciação e deliberação, o Projeto de Lei nº 03 / 2025, que dispõe sobre medidas de urgência para o atendimento psicológico no Município de Bonfim e dá outras providências.

O Projeto de Lei em questão visa estabelecer um conjunto de ações emergenciais para aprimorar o atendimento psicológico na rede pública de saúde do município, com o objetivo de reduzir a fila de espera para consultas psicológicas, garantir o acesso imediato a pessoas em risco de suicídio e promover a prevenção de transtornos psicológicos na população. Tendo em vista o aumento significativo da demanda reprimida, com casos de pacientes aguardando por atendimento psicológico por até 4 anos e os recentes casos alarmantes de suicídios, considero urgente a implementação das medidas propostas.

Av. João Batista de Paiva Campos, 311 – B. Amintas Salles – Bonfim, MG. CEP: 35480-000

e-mail: vereadorreginaldooliveira@gmail.com

whatsapp: 31-99836-9522





CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM – MG
Tele. Fax: (31) 3576-1751

O projeto inclui a contratação emergencial de psicólogos, a criação de um sistema eficiente de priorização de atendimentos, a implementação de parcerias com ONGs, clínicas privadas e universidades, e a criação de uma linha de apoio psicológico 24 horas, entre outras ações fundamentais para a garantia da saúde mental da população bonfinense.

Solicito, assim, que este Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência, dada a gravidade e urgência da situação apresentada, e que as medidas propostas sejam implementadas o mais breve possível, visando salvar vidas e oferecer à população de Bonfim o suporte psicológico necessário.

Agradeço a atenção de V. Exa. e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Reginaldo Marcelino de Oliveira
Vereador do Município de Bonfim

Av. João Batista de Paiva Campos, 311 – B. Amintas Salles – Bonfim, MG. CEP: 35480-000

e-mail: vereadorreginaldooliveira@gmail.com

whatsapp: 31-99836-9522





CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

Tele. Fax: (31) 3576-1751

Câmara Municipal de Bonfim/MG

REJEITADO

Conforme ata da Sessão:

(X) Ordinária () Extraordinária

Data de: 13 / 03 / 25

De autoria do Legislador

PROJETO DE LEI Nº 003 / 2025

Assinatura

"DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE URGÊNCIA PARA O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE BONFIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O VEREADOR REGINALDO MARCELINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Objetivo

Fica estabelecido um conjunto de medidas urgentes para a melhoria do atendimento psicológico no Município de Bonfim, com o objetivo de reduzir a fila de espera para consultas psicológicas, garantir o acesso imediato a pessoas em risco de suicídio e promover a prevenção de transtornos psicológicos na população.

Art. 2º - Contratação Emergencial de Psicólogos

1- O Município deverá, em caráter emergencial, contratar psicólogos temporários ou abrir concursos públicos para suprir a carência de profissionais na rede pública de saúde.

2- A contratação de profissionais será prioritária para os serviços de atendimento a casos urgentes e para diminuir a fila de espera existente.

Art. 3º - Credenciamento de Profissionais Residentes em Bonfim

1- O Município poderá realizar o credenciamento de profissionais de psicologia residentes em Bonfim, com o objetivo de ampliar a oferta de serviços psicológicos na rede pública.

2- O credenciamento dos profissionais psicólogos deverá seguir critérios técnicos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a qualidade do atendimento prestado.

3- O município poderá firmar contratos de prestação de serviços terceirizados com os psicólogos credenciados, para que eles possam atuar no atendimento à população, com remuneração adequada e conforme as necessidades da rede pública de saúde.

Art. 4º - Sistema de Priorização de Atendimento

Av. João Batista de Paiva Campos, 311 – B. Amintas Salles – Bonfim, MG. CEP: 35480-000

e-mail: vereadorreginaldooliveira@gmail.com

whatsapp: 31-99836-9522



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

Tele. Fax: (31) 3576-1751

- 1- A Prefeitura Municipal de Bonfim deverá implantar um sistema eficiente de triagem e priorização de atendimentos psicológicos, com base nos seguintes critérios:
 - Casos com risco de suicídio ou violência;
 - Pacientes com transtornos mentais graves e de longa espera;
 - Crianças, idosos e outras populações vulneráveis.
- 2- As filas de espera deverão ser monitoradas e publicadas mensalmente, de forma transparente, para que a população possa acompanhar a situação.

Art. 5º - Apoio Psicossocial nas Comunidades

- 1- Criar unidades de atendimento psicológico nas comunidades mais carentes, por meio de parcerias com profissionais da saúde mental e com universidades locais.
- 2- Implementar programas de saúde mental nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), proporcionando apoio inicial e encaminhamentos rápidos para casos mais graves.

Art. 6º - Parcerias com Instituições e ONGs

- 1- O Município poderá firmar parcerias com organizações não governamentais (ONGs), universidades e clínicas privadas para ampliar o acesso à assistência psicológica.
- 2- Estabelecer um serviço de apoio psicológico emergencial, com atendimento imediato por telefone ou aplicativos, em parceria com ONGs especializadas em prevenção ao suicídio.

Art. 7º - Campanhas de Conscientização e Prevenção ao Suicídio

- 1- Realizar campanhas de conscientização sobre saúde mental, alertando sobre os sinais de depressão e risco de suicídio, e incentivando a população a procurar ajuda.
- 2- Implementar programas educativos nas escolas e nas unidades de saúde, com foco na prevenção de transtornos mentais e na identificação precoce de problemas psicológicos.

Art. 8º - Acompanhamento e Monitoramento

- 1- O Município deverá garantir o acompanhamento contínuo dos pacientes em situação de risco, com a realização de visitas domiciliares e a oferta de suporte psicológico constante.
- 2- Será implementado um relatório semestral, com dados atualizados sobre a fila de espera e as ações tomadas para melhorar o atendimento psicológico.

Art. 9º - Linha de Apoio Psicossocial 24h

Av. João Batista de Paiva Campos, 311 – B. Amintas Salles – Bonfim, MG. CEP: 35480-000

e-mail: vereadorreginaldooliveira@gmail.com

whatsapp: 31-99836-9522



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

Tele. Fax: (31) 3576-1751

- 1- Criar uma linha telefônica de apoio psicológico 24 horas, com profissionais capacitados para atender casos de urgência, como suicídio iminente, crises de pânico, entre outros.
- 2- A linha deverá ser amplamente divulgada e acessível à população, especialmente nos períodos de crise.

Art. 10º - Penalidades por Descumprimento

- 1- Caso o Município não cumpra as disposições previstas nesta Lei no prazo estipulado, serão aplicadas penalidades, incluindo advertências formais, sanções administrativas e, em casos recorrentes, outras sanções previstas na legislação municipal.

Art. 11º - Disposições Finais

- 1- O Município deverá instituir um sistema de transparência sobre as filas de espera para atendimento psicológico, disponibilizando os dados de forma pública, acessível e atualizada.
- 2- A Prefeitura Municipal de Bonfim deverá adotar as medidas necessárias para que a fila de espera para atendimento psicológico não ultrapasse o prazo de 90 dias, criando condições para atender a demanda de forma ágil e eficaz.

Justificativa:

O presente Projeto de Lei visa garantir o acesso urgente e eficiente a serviços psicológicos, diante da crescente demanda reprimida no Município de Bonfim. Nos últimos anos, o número de pessoas aguardando por atendimento psicológico tem aumentado consideravelmente, com registros alarmantes de pacientes aguardando até 4 anos para consultas.

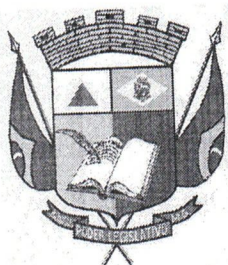
Além disso, a cidade de Bonfim, em anos anteriores, foi amplamente conhecida por ser um dos maiores consumidores do medicamento **Rivotril**, um sedativo utilizado para tratar transtornos de ansiedade e pânico. Isso reflete a realidade preocupante da saúde mental no município, evidenciando a necessidade urgente de ações para a promoção de saúde psicológica.

Em apenas um mês, de janeiro a fevereiro de 2025, o Município registrou **04 suicídios**, um dado alarmante que reforça ainda mais a urgência de medidas efetivas para a prevenção do suicídio e o atendimento psicológico imediato. Esses números trágicos não podem ser ignorados e exigem uma resposta rápida e eficiente por parte das autoridades municipais.

Av. João Batista de Paiva Campos, 314 – B. Amintas Salles – Bonfim, MG. CEP: 35480-000

e-mail: vereadorreginaldooliveira@gmail.com

whatsapp: 31-99836-9522



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM – MG
Tele. Fax: (31) 3576-1751

Além disso, a atual situação do atendimento psicológico no município é crítica. A psicóloga que atende em Bonfim há **sete anos** tem sido a responsável pela **agenda de marcação e desmarcação das consultas**, função que está sobrecarregando a profissional e contribuindo para o atraso no atendimento dos pacientes. A falta de uma pessoa dedicada exclusivamente a esse serviço tem comprometido a eficiência do atendimento psicológico, agravando ainda mais a espera da população por atendimento de saúde mental.

Uma situação também preocupante foi trazida por uma mãe que relatou que sua filha, que necessitava de atendimento psicológico quando tinha **5 anos**, aos **7 anos**, ainda não havia sido atendida. Esse relato revela de forma clara o quanto o sistema atual de saúde mental está falho e a urgência de ações imediatas para corrigir essa falha e atender as necessidades da população.

A saúde mental é uma prioridade de saúde pública, e é fundamental que o Município adote medidas emergenciais para garantir que as pessoas em situação de risco não sejam negligenciadas. O presente projeto propõe ações práticas, como a contratação emergencial de psicólogos, a criação de um sistema de priorização de atendimentos, a implementação de parcerias com ONGs e clínicas privadas, e a criação de uma linha de apoio psicológico 24 horas.

Além disso, a inclusão do credenciamento de profissionais de psicologia residentes em Bonfim e a possibilidade de terceirização do atendimento a esses profissionais visa ampliar rapidamente a capacidade de atendimento e garantir a qualidade do serviço prestado à população, com a utilização de profissionais locais comprometidos com a realidade do município.

A execução eficaz dessas medidas é fundamental para que o Município de Bonfim possa proporcionar à sua população o suporte psicológico necessário, evitar mais tragédias e garantir um atendimento digno e acessível para todos. A urgência da questão exige a mobilização de todos os recursos disponíveis para resolver essa grave situação.
Dessa forma, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

BONFIM, 22 de FEVEREIRO de 2025.


REGINALDO MARCELINO DE OLIVEIRA
VEREADOR DO PARTIDO PROGRESSISTA

Av. João Batista de Paiva Campos, 311 – B. Amintas Salles – Bonfim, MG. CEP: 35480-000

e-mail: vereadorreginaldooliveira@gmail.com

whatsapp: 31-99836-9522



**CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFIM – MG**

Tele. Fax: (31) 3576-1751

**PARECER
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**

Projeto de Lei Nº xxxx/2025.

Objeto: Parecer sobre Projeto de Resolução que “Dispõe sobre medidas de urgência para o atendimento psicológico no Município de Bonfim, e dá outras providências”

Vistos, etc.

Trata-se de análise do Projeto de Lei de autoria do Vereador Reginaldo Marcelino e Oliveira, que dispõe sobre medidas de urgência para o atendimento psicológico no Município de Bonfim.

O presente parecer analisa a legalidade, constitucionalidade e viabilidade, levando em consideração o aspecto orçamentário da proposta, e considerando ainda a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bonfim.

Análise Jurídica:

A criação de órgãos administrativos para prestação de serviços públicos é atribuição do Executivo, conforme dispõe o art. 61, §1º, II, "b" da CF/88. Sendo assim, projeto de lei de iniciativa do Poder Legislativo que determina a contratação de funcionários, mesmo que de maneira emergencial configura usurpação de competência, resultando em inconstitucionalidade formal do projeto.

Da Vedação à Geração de Despesas pelo Legislativo:

O art. 167, II, da Constituição Federal veda a realização de despesa ou assunção de obrigação direta sem previsão orçamentária. Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) exige prévia análise de impacto orçamentário e financeiro para qualquer aumento de despesa pública.

Dessa forma, conforme já dito, não pode o Poder Legislativo criar despesas para o Poder Executivo.

Do Exame da Constitucionalidade do Projeto:

Cada artigo do Projeto de Resolução foi analisado com base nos dispositivos constitucionais e legais pertinentes, sendo verificada a seguinte situação:

Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local, conforme artigo 30, inciso I, da Carta Magna.

No entanto, ao dispor sobre a criação de serviços, contratação de pessoal e alocação de recursos, o projeto invade competência privativa do Poder Executivo, contrariando os artigos 2º e 61, §1º, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, que reservam ao chefe do Poder Executivo a iniciativa

para legislar sobre a organização da administração pública e a criação de cargos e funções.

O STF posicionou que “É formalmente inconstitucional lei estadual, de iniciativa parlamentar, que trata sobre a criação de cargos e a estruturação de órgãos da Administração direta e autárquica. A iniciativa para essas matérias é reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, “a”, “c” e “e”, da CF/88). STF. Plenário. ADI 2940/ES, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 11/12/2014 (Info 771).”

No âmbito municipal o STF firmou entendimento que “A regra da iniciativa privativa do art. 61, § 1º, II, “c” da CF/88 deve ser aplicada também no âmbito municipal. STF. Plenário. RE 590829/MG, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 5/3/2015 (Info 776).”

Sendo assim o presente Projeto de Lei é inconstitucional, por vício de iniciativa, vez que a criação de cargos e contratação de pessoal privativamente é de iniciativa do Poder Executivo.

Além do mais, o presente projeto fere o princípio da separação dos poderes prevista no artigo 2º da CF, uma vez que o Poder Legislativo não pode impor obrigações administrativas diretas ao Executivo.

A proposta, ao determinar ações como contratações, credenciamentos e implementação de programas, viola esse princípio, uma vez que impõe ao Executivo deveres administrativos e financeiros sem sua anuência.

De igual modo, é patente a inconstitucionalidade material, uma vez que a proposta apresenta inconstitucionalidade material, pois estabelece penalidades à administração pública municipal pelo não cumprimento de suas diretrizes (art. 10 do projeto), o que afronta o princípio da legalidade e da razoabilidade, além de criar obrigações sem a correspondente previsão orçamentária.

Da Ausência de Estudo de Impacto Orçamentário:

O projeto prevê diversas medidas que geram despesas públicas sem apresentar estimativa de impacto financeiro e orçamentário, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), notadamente o artigo 16, que exige a demonstração da origem dos recursos para custear novas despesas obrigatórias.

Nessa toada, conforme artigo 93 do Regimento Interno, a Comissão de Justiça, Legislação, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas pode barrar a tramitação de matérias que apresentem ilegalidades ou inconstitucionalidades, que se aplica ao presente caso.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, o Projeto Lei, revela-se inconstitucional e inválido uma vez que o Poder Legislativo não pode criar despesas sem respaldo legal. Além disso, o projeto em referência prevê a contratação e criação de cargos impostos pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, o que é inconstitucional, podendo resultar em nulidade do ato, responsabilização dos agentes envolvidos e questionamentos judiciais. Recomenda-se a rejeição do projeto para evitar vício de inconstitucionalidade e possíveis sanções legais.

Impacto Orçamentário e Financeiro: O art. 167, II, da Constituição Federal veda a realização de despesa ou assunção de obrigação direta sem previsão orçamentária. Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) exige prévia análise de impacto orçamentário e financeiro para qualquer aumento de despesa pública, impacto orçamentário que não foi apresentado.

Assim, esta Comissão **emite parecer contrário à tramitação do projeto, recomendando seu arquivamento por inconstitucionalidade.**

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2025



Alex Junio Teodoro Viana Silva

Presidente da Com. de Constituição, Justiça e Legislação



Agnaldo Ferreira de Amorim

Relator da Com. de Constituição, Justiça e Legislação



Décio Fernandes de Amorim

Membro Com. de Constituição, Justiça e Legislação